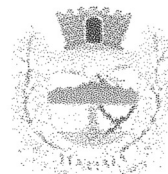


ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPREVI – 14/07/2026.

Aos catorze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 14h, teve início a 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do IPREVI, realizada na sede da Autarquia, localizada na Avenida dos Expedicionários, nº 301, Centro, Itatiaia/RJ, convocada por meio da Carta/COMINIPREVI nº 009/2026. Estiveram presentes os servidores Alessandra Arantes Marques, Isaltina Cássia da Silva Alvim Dias, Hudson Valério Marcílio de Oliveira, Edgar Soares de Aguiar e Ives Pereira Tavares, membros do Comitê de Investimentos – COMINIPREVI. A Diretora-Presidente, Sra. Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião saudando os presentes e, em seguida, passou à apreciação da pauta previamente agendada, composta pelos seguintes itens: apresentação do Relatório “Nossa Visão”, elaborado pela Consultoria de Investimentos Crédito & Mercado, com ênfase na retrospectiva, no Relatório Focus e nas perspectivas para o exercício de 2026; apresentação do Panorama – Junho/2026; apresentação e análise do Relatório Analítico dos Investimentos, referente à competência de junho, ao segundo trimestre e ao primeiro semestre de 2026; análise da proposta de continuidade da estratégia do Rio Bravo Proteção Portfólio FIM; definição da estratégia para alocação de novos recursos; e autorização para emissão de APRs destinadas ao custeio das despesas previdenciárias e administrativas da Autarquia. Inicialmente, o consultor Bruno Leme, da Consultoria Crédito & Mercado, apresentou o Relatório “Nossa Visão”, referente ao período de 6 a 10 de julho de 2026, contendo análise do cenário macroeconômico, retrospectiva dos principais acontecimentos econômicos e perspectivas para os meses seguintes. As projeções apresentadas indicaram IPCA de 5,16%, crescimento do PIB de 1,99%, taxa de câmbio de R\$ 5,20 e taxa Selic de 14,00%. Na sequência, foram apresentados o panorama econômico do mês de junho e o Relatório Analítico dos Investimentos, referente à competência de junho, ao segundo trimestre e ao primeiro semestre de 2026, elaborado pela Consultoria Crédito & Mercado em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025. O relatório contemplou a consolidação da carteira de investimentos, a análise de seu enquadramento em relação à Política Anual de Investimentos, a segmentação por gestores e ativos, as rentabilidades mensal e acumulada, a comparação com os respectivos benchmarks, a distribuição por subsegmentos, às movimentações realizadas no período, compreendendo aplicações e resgates, além de gráficos de evolução patrimonial e indicadores de retorno e risco. O relatório mensal apontou patrimônio previdenciário consolidado de R\$ 384.712.725,84 (trezentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e doze mil, setecentos e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos). Considerando também os recursos segregados destinados à taxa de administração, no montante de R\$ 9.471.128,95 (nove milhões, quatrocentos e setenta e um mil, cento e vinte e oito reais e noventa e cinco centavos), os investimentos encontravam-se distribuídos da seguinte forma: R\$ 239.970.947,97 (duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e setenta mil, novecentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos) em fundos de renda fixa, correspondentes a 60,88%; R\$ 106.595.022,21 (cento e seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e vinte e dois reais e vinte e um centavos) em fundos de renda variável, correspondentes a 27,04%; R\$ 36.831.864,28 (trinta e seis milhões, oitocentos e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos) em fundos estruturados, correspondentes a 9,34%; R\$ 1.663.000,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil reais) em fundos imobiliários, correspondentes a 0,42%; e R\$ 9.123.020,33 (nove milhões, cento e vinte e três mil e vinte reais e trinta e três centavos) em fundos de ativos no exterior, correspondentes a 2,31%. A carteira apresentou rentabilidade de 0,24% no mês de junho e rentabilidade acumulada de 5,27% no exercício, frente à meta atuarial de 0,61% no mês e 6,10% no acumulado, alcançando 86,41% da meta atuarial no período. As disponibilidades financeiras totalizaram R\$ 631.856,75 (seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos). Durante a análise, foram avaliados os principais riscos inerentes à carteira, especialmente os riscos de mercado, crédito, liquidez, cambial, concentração e enquadramento regulatório. O risco da carteira, medido pelo Value at Risk – VaR, foi de 3,47% no período analisado. Diante dos resultados apresentados, verificou-se que a carteira manteve desempenho acumulado positivo no primeiro semestre de 2026, embora abaixo da meta atuarial no período. O comportamento da carteira refletiu, principalmente, as oscilações observadas nos segmentos de renda variável e investimentos estruturados, enquanto a renda fixa contribuiu positivamente para a estabilidade do portfólio. Considerando a diversificação dos investimentos, o





perfil previdenciário de longo prazo e a proximidade do resultado acumulado em relação à meta atuarial, não foram identificados, naquele momento, elementos que justificassem alterações relevantes na estratégia global da carteira, sem prejuízo do acompanhamento contínuo dos investimentos e da permanente avaliação de oportunidades de realocação. Prosseguindo a reunião, os Srs. José França e Ubirajara Macieira, representantes da Privatiza Investimentos, realizaram apresentação acerca do encerramento da estratégia vigente do Rio Bravo Proteção Portfólio FIM, previsto para o final do mês de julho de 2026, bem como da proposta de sua continuidade. Para contextualização da matéria, foi apresentada aos membros do Comitê a situação do Rio Bravo Proteção Portfólio FIM, fundo multimercado gerido pela Rio Bravo Investimentos Ltda., inscrito no CNPJ nº 55.274.339/0001-78, no qual o IPREVI realizou aplicação em junho de 2024, com estratégia iniciada em 27 de junho daquele ano. A proposta original consistia em uma alocação dinâmica entre os benchmarks IMA-B 5, Ibovespa e S&P 500, atribuindo-se, ao término do período, peso de 50% ao índice de melhor desempenho, 30% ao segundo melhor e 20% ao terceiro, contando ainda com mecanismo de proteção do capital em caso de resultado negativo da estratégia. Até 30 de junho de 2026, a operação apresentou resultado bruto de 35,46% no período, considerando os desempenhos de 21,32% do IMA-B 5, 40,26% do Ibovespa e 36,90% do S&P 500, aos quais foram atribuídos, respectivamente, os pesos de 20%, 50% e 30%. Na sequência, foi apresentada proposta de renovação da estratégia no mesmo fundo e sob o mesmo CNPJ, sem necessidade de resgate, nova aplicação, amortização, integralização de recursos ou qualquer outra movimentação financeira por parte dos cotistas, mediante a prorrogação do prazo de carência até 31 de janeiro de 2028. A nova operação mantém os mesmos três benchmarks e a mesma sistemática de distribuição dos resultados, atribuindo 50% ao índice de melhor desempenho, 30% ao segundo melhor e 20% ao terceiro, preservando o mecanismo de proteção do capital em caso de resultado negativo da estratégia e estabelecendo barreira de alta de 35% no resultado do período, equivalente, segundo a apresentação, a aproximadamente 22,15% ao ano, sujeita a confirmação. Também foi apresentado aos membros o posicionamento emitido pelo Ministério da Previdência, por meio do GESCON, segundo o qual a permanência dos recursos no fundo, nas condições propostas, não encontra impedimento na Resolução CMN nº 5.272/2025, desde que não haja nova aplicação de recursos e permaneçam inalterados a política de investimento, os objetivos do fundo, sua estratégia, o perfil de risco e os requisitos de enquadramento previstos na regulamentação vigente. Após a apresentação e análise das informações, considerando o desempenho obtido pela estratégia original, às características da nova operação, a inexistência de movimentação financeira ou aporte adicional de recursos e o entendimento manifestado pelo Ministério da Previdência, os membros do Comitê deliberaram favoravelmente pela manutenção dos recursos aplicados no Rio Bravo Proteção Portfólio FIM e pela continuidade da estratégia até 31 de janeiro de 2028, entendendo que a medida se mostra compatível com os objetivos de diversificação, rentabilidade e gestão de riscos da carteira do IPREVI. Quanto à aplicação dos novos recursos ingressados no IPREVI, deliberou-se que deverão ser prioritariamente direcionados a fundos referenciados ao CDI e ao IRF-M1, observadas as condições de mercado, os limites estabelecidos na legislação vigente e na Política Anual de Investimentos, com o objetivo de otimizar a alocação estratégica, aprimorar a relação risco-retorno e contribuir para o atingimento da meta atuarial. Ficou aprovada, ainda, a emissão de Autorizações de Aplicação e Resgate – APRs, durante o mês de julho de 2026, até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para as movimentações necessárias ao custeio das despesas previdenciárias e administrativas da Autarquia. Por fim, constatada a conformidade dos relatórios apresentados com a Política Anual de Investimentos vigente e com a Resolução CMN nº 5.272/2025, foram aprovadas as matérias submetidas à apreciação do Comitê. Todos os membros presentes manifestaram-se favoravelmente quanto à regularidade da reunião e das deliberações realizadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pela Sra. Alessandra Arantes Marques. Lavrou-se a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros presentes.

Valério M. de Oliveira, Alessandra Arantes Marques,
Basiliana Cabral da S. Oliveira, Edson Soares de
Aguiar